



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

URFBio Alto Paranaíba - Núcleo de Apoio Regional de Patos de Minas

Parecer Técnico IEF/NAR PATOSDEMINAS nº. 11/2024

Patos de Minas, 19 de abril de 2024.

PARECER TÉCNICO					
<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>					
Nome: Município de Patos de Minas			CPF/CNPJ: 18.602.011/0001-07		
Endereço: Rua Doutor José Olympio de Mello, nº 151			Bairro: Eldorado		
Município: Patos de Minas	UF: MG		CEP: 38.700-900		
Telefone: (34) 3822-9691		E-mail: meioambiente@patosdeminas.mg.gov.br			
O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?					
(x) Sim, ir para o item 3 ( ) Não, ir para o item 2					
<b>2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL</b>					
Nome:			CPF/CNPJ:		
Endereço:			Bairro:		
Município:	UF:		CEP:		
Telefone:			E-mail:		
<b>3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL</b>					
Denominação: Estrada de acesso ao Distrito de Alagoas			Área Total (ha): 14,00 km		
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): Intervenção Especial (empreendimento linear) - Sem Imóvel Vinculado			Município/UF: Patos de Minas/MG		
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): Intervenção Especial (empreendimento linear) - Sem Imóvel Vinculado					
<b>4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA</b>					
Tipo de Intervenção		Quantidade		Unidade	
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas		162		un	
<b>5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>					
Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	162	un	23K	333.360	7.939.889
<b>6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA</b>					
Uso a ser dado a área		Especificação		Área (ha)	
Infraestruturas		Pavimentação da Estrada de acesso ao Distrito de Alagoas		0,7948	
<b>7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>					
Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição		Estágio Sucessional (quando couber)		Área (ha)
Cerrado antropizado					0,7948
<b>8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO</b>					
Produto/Subproduto	Especificação		Quantidade	Unidade	
Lenha de floresta nativa			11,0503	m³	
Madeira de floresta nativa			17,8363	m³	
<b>1. HISTÓRICO</b>					
Data de formalização/aceite do processo: 24/01/2024					
Data da vistoria: 27/02/2024					
Data de solicitação de informações complementares: 26/02/2024 (ofício nº 30/2024 - documento nº 82675632)					
Data do recebimento de informações complementares: 16/04/2024					
Data de emissão do parecer técnico: 19/04/2024					

## 2. OBJETIVO

O objetivo desse processo é requerer o corte ou aproveitamento de 162 árvores isoladas nativas vivas em 0,7948 ha para pavimentação da estrada de acesso ao Distrito de Alagoas, no município de Patos de Minas, com produção de 11,0503 m<sup>3</sup> de lenha de floresta nativa e 17,8363 m<sup>3</sup> de madeira de floresta nativa a ser utilizada no empreendimento, de acordo com o último requerimento apresentado (documento nº 86341539).

## 3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

### 3.1 Imóvel rural:

Trata-se de empreendimento linear com extensão total de 14,00 km, no qual haverá a execução de obras para pavimentação da estrada de acesso da sede do Município de Patos de Minas ao Distrito de Alagoas.

### 3.2 Cadastro Ambiental Rural: IMÓVEL URBANO - NÃO TEM CAR

De acordo com o *Checklist* de documentos para requerimentos de intervenção ambiental, disponível no site do IEF: [http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/2023/AIA/DOCS\\_FORMALIZACAO\\_v4\\_corrigido.pdf](http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/2023/AIA/DOCS_FORMALIZACAO_v4_corrigido.pdf), "*Para empreendimentos lineares, fica dispensada a apresentação dos documentos CAR, matrícula do(s) imóvel(is) rural(is), RG e CPF do explorador, carta de anuência dos proprietários, contratos de aluguel, comodato, arrendamento, ou outros. Tais documentos podem ser substituídos pelo Termo de Responsabilidade e Compromisso para Empreendimentos Lineares disponível no site do IEF.*"

Para tanto, foi apresentado o TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO PARA OBRAS DE INFRAESTRUTURA DESTINADAS À SERVIÇOS PÚBLICOS (documento nº 80674436) no qual o Prefeito Municipal de Patos de Minas, Sr. Luís Eduardo Falcão Ferreira, assina, se responsabilizando pelo prosseguimento dos procedimentos administrativos inerentes à apreciação do DAIA, bem como a prestar informações verídicas neste processo, em conformidade com o que é exigido pela regulamentação vigente e comprometendo-se a realizar as intervenções em acordo com as normas vigentes.

Foram apresentados também o Termo Especial de Compromisso e Posse do Prefeito Municipal de Patos de Minas, Excelentíssimo Senhor Luís Eduardo Falcão Ferreira (documento nº 82686563), os documentos pessoais do mesmo e a Procuração dando poderes para a engenheira Sophia Lorena Pinto Vieira, como representante legal do processo em tela, bem como os documentos pessoais da mesma (documento nº 80674437). Também foi apresentado o CNPJ do requerente Município de Patos de Minas (documento nº 80674439).

## 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Esse processo requer o corte ou aproveitamento de 162 árvores isoladas nativas vivas em 0,7948 ha para pavimentação da estrada de acesso ao Distrito de Alagoas, no município de Patos de Minas, com produção de 11,0503 m<sup>3</sup> de lenha de floresta nativa e 17,8363 m<sup>3</sup> de madeira de floresta nativa a ser utilizada no empreendimento, de acordo com o último requerimento apresentado (documento nº 86341539).

### Taxa de Expediente:

1 - DAE nº 1401252366817, no valor de R\$ 695,09, pago em 30/03/2023 (corte de 162 árvores isoladas nativas em 0,7948 ha) - (documento nº 80674428);

### Taxa florestal:

1 - DAE nº 2901252370138, no valor de R\$ 203,70, pago em 30/03/2023 (volumetria: 11,0503m<sup>3</sup> de lenha de floresta nativa) - (documento nº 80674426);

2 - DAE nº 2901334453762, no valor de R\$ 773,57, pago em 02/04/2024 (volumetria: 17,8363 m<sup>3</sup> de madeira de floresta nativa) - (documento nº 86341538)

**Observação:** Embora tenha sido quitada uma taxa de lenha em 2023 (DAE nº 2901252370138) e o processo foi protocolado somente em 2024, deveria ter sido utilizada a UFEMG de 2024 para o cálculo da mesma. Entretanto, o volume inicial de lenha diminui de 28,88m<sup>3</sup> para 11,0503m<sup>3</sup>, porque 17,8363m<sup>3</sup> foi considerado e convertido em madeira. Com a retificação das volumetrias, as taxas devidas seriam:

1 - Taxa florestal de lenha (UFEMG 2024): R\$ 81,68 - 11,0503m<sup>3</sup> de lenha de floresta nativa;

2 - Taxa florestal de madeira (UFEMG 2024): R\$ 880,49 - 17,8363 m<sup>3</sup> de madeira de floresta nativa.

Somatória dessas duas taxas florestais: R\$ 962,17.

Somando as duas taxas dá um valor total de R\$ 962,17. Foi quitado, de acordo com os DAE's apresentados, um total de R\$ 977,27 entre lenha e madeira de floresta nativa. Portanto, valor superior ao devido e, como se trata do mesmo código "147-9 TAXA FLORESTAL" e como não houve dano ao Erário, as taxas serão aceitas por este órgão ambiental, com estas ressalvas.

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23126436

#### 4.1 Das eventuais restrições ambientais:

De acordo com o IDE-SISEMA - <http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br>, o empreendimento apresenta as seguintes características:

- Vulnerabilidade natural: baixa e média
- Prioridade para conservação da flora: muito baixa
- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: não existe
- Unidade de conservação: não existe
- Áreas indígenas ou quilombolas: não existe
- Outras restrições: potencialidade de ocorrência de cavidades muito alta

#### 4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: Código E-01-03-1 - Pavimentação e/ou melhoramento de rodovias - 8,54 km
- Atividades licenciadas: Código E-01-03-1 - Pavimentação e/ou melhoramento de rodovias - 8,54 km
- Classe do empreendimento: 0
- Critério locacional: 1
- Modalidade de licenciamento: não passível
- Número do documento: Certidão de Dispensa de Licenciamento Ambiental (documento nº 80674435)

#### 4.3 Vistoria realizada:

Foi realizada vistoria *in loco* no empreendimento estrada de acesso ao Distrito de Alagoas, no município de Patos de Minas, no dia 27/02/2024, pela analista ambiental do IEF Viviane Brandão.

##### 4.3.1 Características físicas:

- Topografia: plana
- Solo: latossolo vermelho distrófico
- Hidrografia: bacia hidrográfica federal do Rio Paranaíba - sub bacia PN1 Rio Dourados/Alto Rio Paranaíba.

##### 4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: bioma Cerrado, sem indicação de fitofisionomia;
- Fauna: não informada

#### 4.4 Alternativa técnica e locacional: não se aplica ao caso

### 5. ANÁLISE TÉCNICA

Esse processo requer o corte ou aproveitamento de 162 árvores isoladas nativas vivas em 0,7948 ha para pavimentação da estrada de acesso ao Distrito de Alagoas, no município de Patos de Minas, com produção de 11,0503 m³ de lenha de floresta nativa e 17,8363 m³ de madeira de floresta nativa a ser utilizada no empreendimento, de acordo com o último requerimento apresentado (documento nº 86341539).

Para tanto, foi apresentado o PIAS - Projeto de Intervenção Ambiental Simplificado (documento nº 80674432) elaborado sob a responsabilidade técnica da Engenheira Florestal Sophia Lorena Pinto Vieira, CREA-MG nº 148.173-D MG, ART nº MG20242660876 (documento nº 80674417).

De acordo com o PIAS: *"Justifica-se pela necessidade em realizar a intervenção ambiental para a implementação de obras para pavimentação da estrada de acesso da sede do Município de Patos de Minas ao Distrito de Alagoas. Dentre as espécies levantadas foi verificado a existência de quatro indivíduos de Cedro – Cedrela fissilis, espécie esta constante na Lista de espécies da flora com risco de extinção, considerada como Vulnerável (VU). Por isso se faz necessária a apresentação deste Projeto e da medida compensatória. A área da pavimentação prevista é de 14 hectares, porém a intervenção - corte de árvores - se dará em apenas 0,7948 hectares, visto que a disposição das árvores é apenas em alguns pontos da estrada."*

Foi realizada vistoria *in loco* na qual observou-se que se tratam de indivíduos isolados em área já antropizada a muito tempo, sendo que parte da rodovia já está pavimentada (Fotos no Adendo 21 - documento nº 86672435). Observou-se também a presença dos indivíduos de Cedro ao longo da área solicitada para o corte dos indivíduos.

Foi também apresentada a Planilha em excel dos indivíduos a serem suprimidos, sendo que dos 162 indivíduos, 4 são da espécie *Cedrela fissilis* (Cedro) que é ameaçada de extinção, categoria Vulnerável, de acordo com a Portaria MMA nº 148/2022. Assim sendo, o Decreto Estadual nº 47.749/2019 diz que:

*"Art. 26 – A autorização para o corte ou a supressão, em remanescentes de vegetação nativa ou na forma de árvores isoladas nativas vivas, de espécie ameaçada de extinção constante da Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção ou constante da lista oficial do Estado de Minas Gerais, poderá ser concedida, excepcionalmente, desde que ocorra uma das seguintes condições:*

*I – risco iminente de degradação ambiental, especialmente da flora e da fauna, bem como da integridade física de pessoas;*

*II – obras de infraestrutura destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia;*

*III – quando a supressão for comprovadamente essencial para a viabilidade do empreendimento.*

*§ 1º – Nas hipóteses previstas no inciso III do caput, o interessado deverá apresentar laudo técnico, assinado por profissional habilitado, que ateste a inexistência de alternativa técnica e locacional, bem como que os impactos do corte ou supressão não agravarão o risco à conservação in situ da espécie."*

Em atendimento à esta legislação, foi apresentado o Ofício rigidez locacional (documento nº 80674440) elaborado pela Engenheira Florestal Sophia Lorena Pinto Vieira, CREA-MG nº 148.173-D MG, ART nº MG20242660876 (documento nº 80674417), no qual justifica: *"Esta intervenção ambiental de corte de árvores isoladas, se dará para a implementação de obras para pavimentação da estrada que liga a sede do município de Patos de Minas ao Distrito de Alagoas. A rigidez locacional desse empreendimento/atividade é devido à estrada já existir e ser um acesso consolidado há muitos anos, tornando assim, essa alternativa a mais viável economicamente e com menor impacto ambiental. Portanto as árvores existentes na margem da estrada necessitam ser removidas para sua pavimentação e demais estruturas necessárias a obra, portanto os Cedros existentes serão removidos e feito seu plantio compensatório na APP próxima a Ponte da estrada."*

De acordo com a Lei Estadual nº 20.922/2013, esta intervenção é classificada como uma obra de utilidade pública, conforme definição do artigo 3º, inciso I, alínea b:

*"Art. 3º – Para os fins desta Lei, consideram-se:*

*I – de utilidade pública:*

*(...)*

*b) as obras de infraestrutura destinadas às concessões e aos serviços públicos de transporte, sistema viário, saneamento, gestão de resíduos, energia, telecomunicações, radiodifusão, as instalações necessárias à realização de competições esportivas estaduais, nacionais ou internacionais, bem como mineração, exceto, neste último caso, a extração de areia, argila, saibro e cascalho;" (grifo não original)*

Entretanto, o Decreto Estadual nº 47.749/2019 traz nos seus artigos 73 e 74 a obrigatoriedade da compensação pela supressão dos indivíduos ameaçados de extinção:

*"Art. 73 – A autorização de que trata o art. 26 dependerá da aprovação de proposta de compensação na razão de dez a vinte e cinco mudas da espécie suprimida para cada exemplar autorizado, conforme determinação do órgão ambiental.*

*§ 1º – A compensação prevista no caput se dará mediante o plantio de mudas da espécie suprimida em APP, em Reserva Legal ou em corredores de vegetação para estabelecer conectividade a outro fragmento vegetacional, priorizando-se a recuperação de áreas ao redor de nascentes, das faixas ciliares, de área próxima à Reserva Legal e a interligação de fragmentos vegetacionais remanescentes, na área do empreendimento ou em outras áreas de ocorrência natural.*

*§ 2º – A definição da proporção prevista no caput levará em consideração o grau de ameaça atribuído à espécie e demais critérios técnicos aplicáveis.*

*§ 3º – Na inviabilidade de execução da compensação na forma do § 1º será admitida a recuperação de áreas degradadas em plantio composto por espécies nativas típicas da região, preferencialmente do grupo de espécies que foi suprimido, em sua densidade populacional de ocorrência natural, na razão de vinte e cinco mudas por exemplar autorizado, em área correspondente ao espaçamento definido em projeto aprovado pelo órgão ambiental, nas áreas estabelecidas no § 1º.*

*§ 4º – A compensação estabelecida neste artigo não se aplica às espécies objeto de proteção especial, cuja norma de proteção defina compensação específica.*

*Art. 74 – A competência para análise da compensação pelo corte de espécies ameaçadas de extinção é do órgão responsável pela análise do processo de intervenção ambiental."*

Da mesma forma traz a Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3.102/2021:

*"Art. 6º – Para formalização do requerimento de autorização para intervenção ambiental deverão ser inseridos no SEI os seguintes documentos e estudos:*

*(...)*

§ 5º – Quando o corte ou a supressão de espécies ameaçadas de extinção for comprovadamente essencial para a viabilidade do empreendimento, deverá ser apresentado laudo técnico, assinado por profissional habilitado, que ateste a inexistência de alternativa técnica e locacional, bem como que os impactos do corte ou supressão não agravarão o risco à conservação in situ da espécie, nos termos do §1º do art. 26 do Decreto nº 47.749, de 2019."

Devido à este fato, foi apresentado o PRADA - Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas (documento nº 80674429), elaborado sob a responsabilidade técnica da elaborado pela Engenheira Florestal Sophia Lorena Pinto Vieira, CREA-MG nº 148.173-D MG, ART nº MG20242660876 (documento nº 80674417).

De acordo com o PRADA: "O Município irá realizar medidas técnicas de reflorestamento na área proposta(0,1987ha) de APP, que é a mesma área intervida para ampliação e pavimentação da ponte da estrada de Alagoas. Sendo assim essa área receberá as 40 mudas da espécie Cedro - *Cedrela fissilis* conforme preconiza a legislação."

Devido à espécie *Cedrela fissilis* (Cedro) ser classificada pela Portaria MMA nº 148/2022 como sendo categoria Vulnerável, a Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3.102/2021, traz que a obrigatoriedade de compensação é o plantio de 10 mudas para cada 1 indivíduo suprimido desta espécie (proporção de 10 X 1):

"Art. 29 – A compensação de que trata o art. 73 do Decreto nº 47.749, de 2019, será determinada na seguinte razão:

**I –dez mudas por exemplar autorizado para espécies na categoria Vulnerável – VU;**

**II –vinte mudas por exemplar autorizado para espécies na categoria Em Perigo – EM;**

**III – vinte e cinco mudas por exemplar autorizado para espécies na categoria Criticamente em Perigo – CR;" (grifo não**

**original)**

Da mesma forma traz o Termo de Referência para Elaboração de Propostas de Compensação por Intervenções Ambientais, disponível no site do IEF:

"A definição do número de mudas por indivíduo suprimido deverá obedecer a seguinte razão:

**I – 10 (dez) mudas por exemplar autorizado para espécies na categoria Vulnerável – VU;**

**II – 20 (vinte) mudas por exemplar autorizado para Espécies na categoria Em Perigo – EN;**

**III – 25 (vinte e cinco) mudas por exemplar autorizado para Espécies na categoria Criticamente em Perigo – CR." (grifo**

**não original)**

Para tanto, foi apresentado o PRADA - Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas (documento nº 80674429), elaborado sob a responsabilidade técnica da da Engenheira Florestal Sophia Lorena Pinto Vieira, CREA-MG nº 148.173-D MG, ART nº MG20242660876 (documento nº 80674417), no qual consta a proposta que, para o corte de 4 espécimes de Cedro, será realizado o plantio de 40 indivíduos de Cedro como forma de compensação (proporção de 10 X 1), conforme preconiza a Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3.102/2021 e o Termo de Referência em epígrafe.

Ainda de acordo com o PRADA: "O Município irá realizar medidas técnicas de reflorestamento na área proposta (0,1987ha) de APP, que é a mesma área intervida para ampliação e pavimentação da ponte da estrada de Alagoas. Sendo assim essa área receberá as 40 mudas da espécie Cedro- *Cedrela fissilis* conforme preconiza a legislação."

E finaliza: "O plantio dessas mudas será executado juntamente à execução do PTRF atrelado ao processo SEI nº2100.01.0023232/2023-41, ou seja, a recuperação da APP que está prevista neste processo também será a área de plantio das 40 mudas de Cedro, assim os procedimentos de plantio e manutenção ocorrerão em conjunto."

Foi também descrito o projeto de implantação do PRADA, com metodologia de combate às formigas, preparo do solo, espaçamento e alinhamento das mudas e, como se trata também de um PRADA localizado na mesma área de APP onde será executado o PRADA pela compensação pela intervenção em APP atrelado ao PA 2100.01.0023232/2023-41, na área de 1,987 ha serão plantadas 221 mudas de espécies nativas no espaçamento 3 m X 3 m sendo que 40 mudas serão da espécie *Cedrela fissilis*. Também foi demonstrada a técnica de coveamento e adubação e o plantio propriamente dito, coroamento, tratos culturais, replantio, práticas conservacionistas de preservação de recursos edáficos e hídricos, práticas conservacionistas para atração da fauna dispersora de sementes, irrigação e cronograma de execução de 03 anos, cuja comprovação será colocada como condicionante, sob pena de sanções administrativas.

Enfim, diante da análise documental, com base na vistoria *in loco* e na legislação ambiental vigente, conclui-se que se trata de uma obra de utilidade pública para implantação de infraestruturas destinadas aos serviços públicos do sistema viário, no caso em tela, a pavimentação da Estrada de acesso ao Distrito de Alagoas, no município de Patos de Minas.

Assim sendo, opino pelo DEFERIMENTO da solicitação de corte de 162 árvores isoladas nativas vivas em 0,7948 ha para pavimentação da estrada de acesso ao Distrito de Alagoas, no município de Patos de Minas.

## **6. CONTROLE PROCESSUAL**

[Espaço destinado para o controle processual do processo.]

Fica dispensado, a critério do supervisor, o controle processual para os seguintes processos de intervenção ambiental:

- Todos os processos de corte de árvores isoladas;
- Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa, em Áreas de Preservação Permanente – APP;
- Aproveitamento de material lenhoso.

## 7. CONCLUSÃO

Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO INTEGRAL** do requerimento de corte ou aproveitamento de 162 árvores isoladas nativas vivas em 0,7948 ha para pavimentação da estrada de acesso ao Distrito de Alagoas, no município de Patos de Minas, sendo que o material lenhoso será utilizado no empreendimento.

## 8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Executar o Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas – PRADA – apresentado anexo ao processo, em área de 0,1987ha, tendo como coordenadas de referência 334.498 x; 7.940.162 y e 334.470 x; 7.940.129 y (UTM, Sirgas 2000), na modalidade plantio direto de 40 mudas de Cedro (*Cedrela fissilis*) como forma de compensação pelo corte de 4 indivíduos de Cedro (*Cedrela fissilis*) - espécie ameaçada de extinção, nos prazos estabelecidos no quadro de condicionantes.”

## 9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

[Em caso de deferimento, informar o valor de recolhimento ou outra opção de cumprimento da Reposição Florestal quando aplicável.]

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

(x) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal - Volumetria total: 28,8866 m³ lenha/madeira de floresta nativa

1 - DAE nº 1501252373994, no valor de R\$ 872,99, pago em 30/03/2023 (documento nº 80674424);

2 - DAE nº 1501334454220, no valor de R\$ 77,36, pago em 27/03/2024 (documento nº 86341538).

(.) Formação de florestas, próprias ou fomentadas

(.) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

## 10. CONDICIONANTES

### Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Comprovar, por meio de relatórios anuais (inclusive fotográficos), a execução do PRADA com o plantio de 40 mudas dessa espécie como forma de compensação pelo corte dos 4 indivíduos de Cedro ( <i>Cedrela fissilis</i> ), pelo prazo de 03 anos.	01 ano após a emissão do DAIA

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

### INSTÂNCIA DECISÓRIA

( ) COPAM / URC (x) SUPERVISÃO REGIONAL

### RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Viviane Santos Brandão

MA SP: 1.019.758-0



Documento assinado eletronicamente por **Viviane Santos Brandão, Coordenadora**, em 19/04/2024, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **86626236** e o código CRC **3B313B1F**.